

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM A PARTIR DO PERCURSO PERFORMATIVO DE AUSTIN

Eliane de Fátima Manenti Rangel¹

Resumo: A abordagem da linguagem mudou com o passar dos tempos. Antes da mudança na lingüística tradicional, as proposições eram analisadas pelos critérios de verdade ou falsidade e com a teoria dos performativos de Austin houve uma redimensionada nos estudos lingüísticos, marcando uma segunda fase, em que passaram a ser considerados os fatores externos: sujeitos (falantes e ouvintes) e as condições de produção na constituição dos sentidos dos enunciados. Assim, a linguagem passou a ser vista como não transparente e sujeita a deslizes, ambigüidade e opacidade, de onde conclui-se que não existe sentido literal na linguagem.

Palavras-chaves: linguagem, performativo, fatores externos.

Abstract: The main purpose of this article is to show that language approach changed as time passed. The mark in this change occurred due in part to Austin's studies, who demonstrated through the performatives that the sense of utterance depends on external factors: speaker, listener and production conditions. So, the language is not transparent. It is subject to the slips, ambiguity and opacity. Thus, we can conclude there is no literal sense in the language.

Key-words: language, performative, external factors.

1. Introdução

Ao reportar-nos às teorias dos Atos de Fala, dois nomes associados a este assunto surgem imediatamente em nossa mente: Austin e Searle. Muitos estudiosos da área da linguagem consideram as obras desses autores como sendo continuação uma da outra. No

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS.

entanto, há uma grande controvérsia no que diz respeito a esse posicionamento. É essa questão, que tentaremos delinear nesse artigo, além da tentativa de mostrar o percurso relacionado aos enunciados performativos na obra de Austin, e constante, nas subsequentes teorias dos Atos de Fala, aqui usada no plural, pois de acordo com Zandwais (2002:105), acredita-se que os princípios que regem o funcionamento dos atos de fala na linguagem humana, nas obras de Austin e Searle não obedecem a um *continuum*.

O propósito central deste artigo é fazer uma apresentação da teoria dos Atos de Fala de Austin, mostrando a nova concepção de linguagem que ocasionou uma virada na lingüística tradicional. Para tanto, o trabalho está dividido em pressupostos filosóficos, que antecederam o pensamento austiniano e lhe serviram de referência. Em um segundo momento, procedesse a uma discussão acerca da continuidade / não-continuidade nas obras de Austin e Searle. Na seqüência, alguns conceitos cardeais que conferiram notoriedade à obra *How to do things with words* serão expostos para que se compreenda a trajetória de análise lingüística percorrida pelo autor, para chegar ao fenômeno que Paulo Ottoni (2002) denomina de visão performativa da linguagem.

2. Algumas idéias que antecederam Austin

Primeiramente, faz-se necessário destacar a importância da obra de Austin para os estudos relacionados à linguagem, pois trata-se de um marco divisor fundante que proporcionou uma nova concepção de linguagem, ou seja, uma visão performativa e pragmática de uso da língua, distanciada da lógica formal, meramente descritiva. Neste sentido, Cervoni (1989:21) afirma:

para a questão dos atos de linguagem, parece que não podemos dispensar uma apresentação da teoria de Austin. Ela é referência obrigatória de qualquer forma de pragmática da linguagem.

Austin coloca-se no centro das discussões sobre a linguagem, lançada pela chamada Escola de Oxford, na Inglaterra, na década de 40 e 50, para tornar-se um personagem de renome no processo histórico da filosofia da linguagem e representativo de uma revolução lingüística.

É importante ressaltar que antes desse momento, o filósofo Wittgenstein já se preocupava em dar um novo rumo ao tratamento dispensado ao estatuto da linguagem, fato que servirá de referência aos trabalhos posteriores de Austin. Ludwig Wittgenstein se propõe a romper com o pensamento tradicional logicista dispensado ao tratamento semântico da língua. Assim, a linguagem passa a ter uma nova abordagem e uma nova visão a partir de *Investigações Filosóficas*, o que irá consolidar-se com o trabalho de Austin. O filósofo Wittgenstein ficou conhecido pela sua excentricidade e inconstância e, especialmente, pela desarmonia quase total entre as duas fases de seu pensamento, representado nas obras *Tractatus lógico-philosophicus* (publicada em 1921 em uma revista filosófica e, logo após, em 1922 em Londres) e *Investigações Filosóficas* (já mencionada, publicada em 1953). Em *Tractatus*, como é conhecida sua obra, o filósofo analisa apenas o mecanismo lógico da linguagem, cujo projeto é traçar um limite para a expressão lingüística do pensamento. Nessa obra, a linguagem não é abordada como um *corpus* empírico, mas como uma variedade de articulações lógicas possíveis (Moreno, 2002). Inversamente, na obra *Investigações Filosóficas*, a linguagem é vista e analisada sob outro aspecto. A significação não mais reside única e exclusivamente na relação entre estrutura da proposição e o fato. Segundo Moreno (2002:55):

a nova concepção de proposição é bem distinta – ela deixa de ser um modelo exato da realidade para ser uma “hipótese”, isto é, uma forma mais ou menos adequada de representação, que pode ser reformulada constantemente em certos aspectos: o grau de adequação não depende mais de uma isomorfia estrutural entre a proposição e o fato representado, mas sim das circunstâncias em que a proposição é utilizada.

Até a publicação de *Investigações Filosóficas*, os estudos da linguagem eram voltados para a crença de que havia uma relação de simetria entre linguagem, pensamento e mundo. Assim, a linguagem significava enquanto representação literal do mundo (Zandwais, 2002). Essa perspectiva lógica passou a ser questionada por Wittgenstein, na sua obra de 1953, ousando romper com um pensamento canônico da escola de Filosofia Analítica, que sustentava os estudos da linguagem tendo como base a lógica simbólica, cujos principais representantes são Morris, Carnap e Schlick (Cazarin; 2002:94). Wittgenstein levanta a possibilidade de não haver correspondência entre linguagem,

pensamento e sentido. Por outro lado, trabalha com a hipótese da existência de opacidade no sentido e atribui à exterioridade a tarefa de determinar o sentido das palavras.

A discussão acima tem por propósito mostrar como começou a ocorrer o processo que ocasionou a passagem de uma concepção de linguagem a outra completamente distinta, aberta a diferentes interpretações, a qual consolida-se e aprofunda-se, nas próximas décadas, com a abordagem performativa e pragmática de Austin.

Inaugura-se, assim, uma nova etapa nos estudos lingüísticos, passando para a fase não formalista em que Austin se inscreve como representante de destaque desse processo, que constitui um novo paradigma do estatuto da linguagem, tanto para a filosofia contemporânea quanto para a lingüística como ciência autônoma, conforme Ottoni (2002:122) afirma:

Austin apresenta uma nova abordagem da linguagem que chamo de “visão performativa”. Nessa visão não há preocupação em delimitar as fronteiras entre a filosofia e a lingüística, fato que produz toda a tensão da força do novo, do desconstrutor /construtor.

3. Austin e Seale: continuidade ou não-continuidade

Uma discussão pertinente em torno das teorias dos Atos de Fala, que não pode deixar de ser mencionada, é o fato da obra de Searle apresentar ou não continuidade das idéias de Austin. Nesse sentido, podemos perceber que essa concepção não é unânime entre os comentaristas desses autores. Independente das divergentes posições acerca desse fato, faz-se necessário ressaltar que tanto o primeiro, quanto o segundo, trazem contribuições cruciais para os estudos lingüísticos, com reflexos em outras áreas de estudo que estejam direta ou indiretamente relacionadas com a linguagem, como por exemplo, a filosofia, a psicologia, a antropologia entre outras.

O nome de Austin destaca-se por ter sido inovador, favorecendo uma virada, não só na lingüística tradicional, mas também na filosofia analítica, fato que proporcionou novos horizontes para os estudos dos acontecimentos lingüísticos, em um momento delicado, quando havia uma discussão acirrada em torno das questões formais da linguagem, por parte dos filósofos da Escola de Oxford, além de outros pensadores que

estavam surgindo durante e no pós-guerra, um momento histórico de efervescência intelectual.

No que tange a discussão em torno da continuidade ou não-continuidade do pensamento austiniano em Searle, é pertinente lembrar que certos termos, como: *trilogia*, *ato locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário*, bem como *força ilocucionária* e a própria expressão “*atos de fala*” com seus respectivos conceitos foram, primeiramente, introduzidos por Austin e alguns desses termos são retomados, abandonados ou transformados por Searle em seu trabalho, conforme o próprio Searle (1997:512) in Rajagopalan (2000) admite:

My earliest work in the philosophy of language, and a good deal of it was an attempt to develop a general theory of speech acts. I made extensive use of insights already developed by other Oxford philosophers, especially Austin.

Dentro desta perspectiva, o que se discute é se os fundamentos que regem o estatuto da linguagem, nas teorias dos atos de fala, são mantidos ou desviados por Searle na sua trajetória de análise da linguagem.

Antes de prosseguirmos esta discussão, é relevante a seguinte questão: Por que a preocupação com a antítese continuidade / não-continuidade dos princípios fundantes das teorias dos Atos de Fala nas obras de Austin e Searle?

Sabe-se que essa problemática também ocorre com nomes expoentes em outras áreas do conhecimento como na filosofia, com Sócrates, Platão e Aristóteles; na psicologia, com os nomes de Piaget e Vygotsky. Mas o que mais importa é saber qual o resultado dialético da superposição das teorias, de modo a acrescentar, aprimorar ou modificar princípios anteriormente formulados.

Como um possível resultado desse processo dialético encontramos a exposição de Rajagopalan (2000) a qual afirma existir duas vertentes bem definidas que distinguem duas teses a respeito das obras dos dois autores acima mencionados, sintetizadas a seguir:

Tese 1: o que Searle fez para atingir seu lugar na história da teoria dos Atos de Fala foi um empreendimento no sentido de dar continuidade ao trabalho inacabado de Austin, por ocasião de sua morte prematura. Aconteceu que Searle estava no lugar certo e na hora certa.

Tese 2: (que se opõe a primeira) o nome de Searle foi projetado como um inovador. Trata-se de um filósofo original que resolveu aventurar-se por conta própria, livrando-se da sombra de seu mentor e fazendo valer sua independência intelectual.

É fácil perceber a polêmica em torno dessas questões levantadas entre os dois grandes nomes que estão associados às teorias dos Atos de Fala, tornando difícil um posicionamento, pois há, também, aqueles que não fazem distinção entre o trabalho dos dois, combinando-os e utilizando-os como base teórica para outras investigações, mesmo em outras áreas de atuação.

O que o cenário dos filósofos necessitava naquele momento, em que Austin não podia mais dar continuidade aos seus estudos, era alguém capaz de construir sistemas e teorias, alguém que instaurasse um novo paradigma sólido e consistente e Searle surgiu, então, como o sucessor ideal a ocupar esse espaço deixado pela ausência de Austin.

Entretanto, o próprio Searle deixa clara sua posição desde o princípio. Ele tinha pouca simpatia para com a filosofia linguística e pretendia seguir seu trabalho em bases sólidas e tradicionais, conforme nos mostra Rajagopalan (2000) ao afirmar que “Searle was determined to stay within the fold and remain faithful to its traditions”. Nesse sentido, não é difícil perceber que, na verdade, Searle não tinha a intenção de seguir fielmente os passos de seu professor, e, no meio da trajetória teria se desvinculado de seus princípios, como podem imaginar alguns críticos que opinam a esse respeito. Pelo contrário, parece que ele estava convicto do percurso que desejava seguir.

4. A visão de linguagem de Austin

Como podemos perceber, falar de teorias de Atos de Fala e, especialmente, dos autores em questão, é um trabalho árduo e instigante, precisamente devido à divergência com que a literatura trata o assunto, favorecendo possíveis dúvidas e imprecisões. Portanto, abordaremos o percurso realizado pela teoria linguística de Austin por entender que, independentemente, de qualquer discussão em torno de seus sucessores, Austin é considerado um desconstrutor, mas também um construtor de conceitos consagrados, cuja obra tem um grande valor e originalidade.

A designação de desconstrutor é possível de ser relacionada a seu nome e trabalho, uma vez que proporcionou uma ruptura das concepções que associavam as questões da linguagem à lógica formal, em que os valores eram dados por condições de verdade ou falsidade. Outro fato, é que, para Austin, a linguagem deixa de ser compartilhada e institucionalizada, da mesma forma que não há mais cisão entre o sujeito e seu objeto - a fala (Ottoni, 1998).

Por outro lado, Austin pode ser considerado um construtor, por ser o fundador dos princípios no campo da pragmática, permitindo perceber a exterioridade como constitutiva de sentido, visão que tem sido considerado por muitos especialistas da linguagem. Dentro desta perspectiva, vejamos o que Berrendonner *in* Cervoni (1989:29) declara:

o mais notável parece-me ser aqui que o universo, isto é, o contexto de todos os esquemas da comunicação, concebido como entidade referencial global, deve ser considerado como um participante *ativo* do acontecimento de interlocução, e não apenas como uma circunstância inerte. (...) No ato de comunicação o *contexto fala*, para dar a sua opinião sobre a verdade das proposições.

O quanto o contexto é um fator determinante na questão da significação é visível na obra de Austin e vem consolidar a perspectiva a respeito do significado das palavras já destacada por Wittgenstein na sua obra *Investigações Filosóficas* ao dizer: “não pergunte pelo sentido das palavras, pergunte por suas condições de uso”.

Austin começa a fundamentar a sua teoria sobre os Atos de Fala através da criação de termos e conceitos que estão sendo utilizados ou discutidos por estudiosos contemporâneos de diferentes áreas do conhecimento. Ele tem seu lugar de destaque na filosofia da linguagem, nas abordagens pragmáticas e áreas afins, devido às suas idéias inovadoras que abalaram as questões fundamentais da lingüística descritiva e da filosofia tradicional. Entretanto, cumpre ressaltar que Austin não era o único filósofo de Oxford que se preocupava em solucionar questões filosóficas da linguagem ordinária, naquela época, pois também trabalhavam nessa temática autores como Strawson, Ryle e Hare (Ottoni, 2002).

Austin também é denominado construtor por ser o mentor do que Ottoni (1998) chama “visão performativa da linguagem”, em que os atos de fala representam de fato uma ação, uma realização. O filósofo de Oxford começa seu percurso de investigações

lingüísticas apresentadas na obra *How to do things with words* ao analisar enunciados ordinários e deixar de lado a linguagem formal e ideal, modo como eram tratados os enunciados lingüísticos pela Filosofia Analítica. Austin (1990) afirma que por mais tempo do que o necessário os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era somente descrever um estado de coisas ou declarar um fato sob as noções veritativas, o que foi criticado por ele, pois não eram suficientes para dar conta da complexidade da linguagem humana. Por outro lado, os gramáticos mostram que nem todas as sentenças são declarativas, havendo também perguntas, exclamações e ainda aquelas sentenças que expressam ordem, desejo e concessão. Nessa perspectiva, levanta-se a dúvida de como definir o que é um questionamento, uma ordem ou uma declaração e passa-se a perceber que certos proferimentos apresentam formas que ultrapassam os limites da gramática tradicional, e, portanto, nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições.

Por esse motivo, Austin cria a dicotomia constatativo- performativo, sendo os enunciados constatativos – sob o nome de afirmações - aqueles que descrevem algo sob os valores de verdadeiro ou falso, enquanto os enunciados performativos indicam que, ao emitir um proferimento, está se realizando uma ação. Nesse sentido, dizer algo é fazer algo.

A partir desse momento, Austin começa tratar dos enunciados que, segundo ele, “se disfarçam de sentenças declarativas”. Ele tinha consciência de que estava pisando em uma ‘areia movediça’ e alertou que tudo o que foi dito na conferência de *número um* era provisório e passível de reformulações nas sessões seguintes. Assim, podemos perceber a maneira descontraída e natural com que a obra *How to do things with words* foi constituída, seguindo o tom original de seu orador nas conferências. Para melhor entender o que foi exposto até o momento, vejamos alguns exemplos:

- a) Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*
- b) Aposto cem reais como vai chover amanhã.

Ao trazer essas sentenças, Austin mostra que elas não descrevem o ato, tampouco declaram, nem podem ser somente julgadas como verdadeiras ou falsas. Elas tem como função realizar algo, isto é, realizar uma ação - conceito fundamental para Austin - pois segundo Ottoni (2002:129) possui um “significado muito preciso pelo fato de ser um dos elementos constitutivos da performatividade”. Além disso, “o performativo é o próprio ato

de realização da fala-ação”. Assim, Austin propõe chamar esses enunciados de proferimentos performativos. Mas nem tudo é tão simples quanto parece. Para que realmente ocorra a realização de um ato, é indispensável as seguintes condições:

- a) as circunstâncias em que as palavras são proferidas devem ser apropriadas;
- b) o falante deve realizar determinadas ações que sejam físicas ou mentais, ou ainda, o proferimento de algumas palavras adicionais;
- c) a pessoa deve ter autoridade para executar o ato.

Assim, percebe-se que a proposta austiniana de enunciado performativo levanta questões externas à linguagem. Portanto, as condições de produção bem como o sujeito - fatores extra lingüísticos - passam a ter valor constitutivo e determinante na construção da significação dos enunciados.

No proferimento “Aceito está mulher como minha legítima esposa”, a sentença tem a aparência de declaração, no entanto, não pode ser julgada apenas considerando as condições de verdade ou falsidade, de acordo com o pressuposto filosófico. Não está apenas descrevendo ou relatando, mas, dito nas condições adequadas e pela pessoa adequada, está realizando algo, ou seja, a pessoa está se casando.

Com esses exemplos e argumentos, Austin questiona e rompe com as bases de uma concepção que associava a linguagem à lógica formal como puramente descritiva, o que para ele não é um critério suficiente, fazendo intervir um novo pensamento em relação à questão da referência. Assim, podemos perceber que o sujeito falante e as condições exteriores passam a ter papel fundamental na construção do sentido. Não há mais espaço para a cisão entre o sujeito (falante) e seu objeto (fala), o que trás uma maior dificuldade nas análises lingüísticas, por não se tratar de linguagem ideal, mas real. Nesse sentido, Ottoni (2002:126) menciona:

...a separação sujeito-objeto que é característica fundamental de uma ciência (da linguagem) de base descritiva e formal foi combatida por Austin. Podemos dizer que, na visão performativa, há inevitavelmente uma fusão do sujeito e do seu objeto, a fala; por isso as dificuldades de uma análise empírica em torno do performativo.

Um enunciado performativo poderá ser *feliz* (denominação dada por Austin) se a ação pretendida for realizada com sucesso, mas se algumas das condições exigidas para a

realização do ato performativo não forem satisfeitas, o proferimento estará sujeito a desacerto ou malogrado, isto é, não será bem sucedido, sendo, portanto, infeliz. Vejamos o que o próprio Austin (1990:33) diz a esse respeito:

Se violarmos uma das regras (...) – isto é, se proferirmos a fórmula incorretamente, ou se as pessoas não estão em posição de realizar o ato, (...) não se realiza com êxito, não se efetua, não se concretiza.

Ao longo de seu percurso, ocorrem mudanças nas análises de Austin, como ele havia previsto e advertido desde o princípio. Ele passa a sugerir que os performativos não são tão distintos dos constatativos, como se pensou e busca critérios gramaticais, de vocabulário ou uma combinação de ambos - a saber: 1ª pessoa do singular, no presente do indicativo da voz ativa, no início do enunciado.

No entanto, os primeiros critérios formais sugeridos para a expressão do performativo não foram suficientes. Austin percebe que tanto a voz ativa quanto a pessoa não poderiam ser tomadas como critérios únicos de distinção, trazendo exemplos de enunciados performativos que apresentam verbos na voz passiva, nas 2ª ou 3ª pessoas do presente do indicativo, principalmente em enunciados emitidos nas formas escritas, tal como se percebe no exemplo “os passageiros estão convidados a utilizar a passarela para atravessar as pistas”. Mas Austin vai além, e chega a conclusão que podem existir outros enunciados performativos que não são expressos nestas formas ditas *normais*, acima mencionadas, como por exemplo, no enunciado imperativo, “feche a porta”, que poderia ser explicitado como “eu te ordeno que feche a porta”, além da palavra “cão”, que poderia ser estendida e compreendida como “previno-o que o cão é bravo” ou “previno-o que o cão vai atacar”.

Austin percebe não ser possível estabelecer critérios absolutos para definir performativos, nem mesmo para distingui-los dos constatativos, passando a propor a expressão performativo primário em oposição a performativo explícito, sugerindo que o primeiro seria uma forma reduzida do segundo, mas acaba encontrando dificuldades para verificar se enunciados como “estarei lá”, teria a força de uma ameaça, promessa ou advertência, gerando uma possível ambigüidade. No mesmo sentido, no exemplo da palavra “cão”, também poderia explicitar diferentes forças como advertência, informação

ou predição. Portanto, também passível de falta de clareza. Assim, Austin (1990:69-70) conclui:

as formas primitivas ou primárias dos proferimentos conservam, neste sentido, a “ambigüidade”, ou “equivoco”, ou o “caráter vago” da linguagem primitiva. Tais formas não tornam explícita a força exata do proferimento.(...) A linguagem em si, e nos seus estágios, não é precisa, nem explícita, no sentido que demos a esta palavra.

Nesta perspectiva, o enunciado na sua forma explícita seria o ideal em termos de análise para um lingüista descritivo e formal, por estar menos propensa à opacidade, característica própria da linguagem humana. Além disso, Austin passa a reconhecer que o exemplo com modo imperativo também é passível de ambigüidades, pois pode expressar ordem, permissão, ou ainda, concessão. Essas diferentes interpretações dependeriam dos diversos contextos em que ocorre a enunciação, da compreensão do interlocutor e de outros recursos, a saber, o tom de voz, a ênfase, a pontuação, os gestos e a cadência, os quais são utilizados e melhor compreendidos na linguagem falada.

Dentro do pensamento austiniano, percebe-se que o contexto em que as palavras estão inseridas, bem como as condições de produção são determinantes para a significação do enunciado, reforçando a importância dos elementos extra-lingüísticos como constitutivos do sentido e o fato de que este, como efeito sobre o interlocutor, “pode ocorrer à revelia de uma intencionalidade e ser outro” (Zandwais; 2002:110) . Ainda dentro desta perspectiva, Ottoni (1998:85) menciona: “a intenção não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via *uptake*, pelo sujeito ouvinte para assegurar a apreensão”.

Em seus avanços e retrocessos nas análises lingüísticas, Austin retoma a pergunta: “em que sentido dizer algo é fazer algo?”. A partir de tal questionamento, resulta a sua célebre classificação dos atos de linguagem, composto de três atos simultâneos, cujos conceitos, a seguir, são encontrados na obra do comentarista Ottoni (1998:35):

- a) ato locucionário: é o que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a sua articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional;

- b) ato ilocucionário: é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por “eu prometo...”, ou por outra realização lingüística (este ato possibilita fazer a distinção entre o dizer e o dito);
- c) atos perlocucionário: é o ato que produz efeito sobre o interlocutor.

Vale lembrar que essa separação deve-se a questões metodológicas. Na verdade, elas estão intrinsecamente correlacionadas, conforme o próprio Austin (1990) afirma: “em geral, o ato locucionário como o ato ilocucionário é apenas uma abstração: todo ato lingüístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez”. Não só esses conceitos estão associados entre si, mas também outros como performativo, ilocucionário e ato de fala. Sendo que, de acordo com Ottoni (2002), o performativo é o conceito central que organiza todo fenômeno, enquanto o ilocucionário é um desdobramento da performatividade, constituindo um estágio da argumentação do autor. Já o ato de fala é uma doutrina completa e geral *do que se faz ao dizer* alguma coisa. Para reforçar essa associação, Ottoni (2002:120) explicita:

O conceito de performativo, de ato de fala e de ilocucionário estão vinculados na obra de Austin de modo muito especial: um conceito muitas vezes serve para a explicação do outro, havendo uma interdependência entre eles. Esta complementaridade, esta dependência de um conceito pelo outro, é fundamental no interior da sua argumentação.

Por entender que o ato ilocucionário relaciona-se com a produção de efeitos em certos sentidos, enquanto que o ato perlocucionário compreende a produção de alguma consequência, Austin (1990:100) procura isolar esses dois componentes do ato de fala, conforme comenta:

o efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua apreensão. O ato ilocucionário “tem efeito” de certas maneiras, o que se distingue de produzir consequências no sentido de provocar estado de coisas de maneira “normal”, isto é, mudanças de no curso normal dos acontecimentos.

Para Austin existem três maneiras de distinguir o ato ilocucionário do perlocucionário, que são: a) assegurar a apreensão (*uptake*); b) ter um resultado; c)

demandar respostas (Austin,1990:103). Destas três maneiras, o *uptake*, segundo Ottoni (1998:80):

é a mais importante, uma vez que com o *uptake* fica mais claro que a referência que vai estar diretamente ligada ao momento da enunciação não se dá mais no nível constativo da linguagem, mas numa concepção performativa; ou seja, no momento em que há o reconhecimento entre os interlocutores de que algo está assegurado, de que o 'objetivo ilocucionário' foi realizado através de sua 'força'.

Por meio dos três momentos que compõe os atos de fala, Austin mostra a originalidade de suas idéias, fazendo a distinção entre o sentido e a força, já que o ato locucionário é a própria produção de sentido, que se opõe à força do ato ilocucionário. Estes dois, por sua vez, se distinguem do ato perlocucionário, que é a produção de uma consequência sobre o interlocutor. Assim, percebe-se uma mudança em relação à questão da referência, que, diante de uma nova concepção, "depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento", e, tradicionalmente, era tratada como uma relação biunívoca entre linguagem e mundo. A partir da investigação austiniana a questão referencial deve ser vista de outra maneira. Já não existe mais espaço para uma noção filosófica, nem compartilhada da linguagem humana. Mais claramente, de acordo com Ottoni (2002:13):

o sujeito e objeto, para Austin, o eu e o não-eu, se fundem, passando ambos a fazer parte da significação. Ou seja, na visão performativa, o sujeito-falante empírico se constitui como sujeito através do *uptake* (apreensão).

A questão da força ilocucionária, apresentada na última conferência, leva Austin à criação de uma taxionomia de classes verbais agrupadas conforme a força ilocucionária explicitada pelos verbos. A expressão - força ilocucionária - que Zandwais (2002) considera um mecanismo de ordem pragmática – segundo Brandão (2002:65), atribui:

um valor, uma qualidade especial a uma certa locução e a converteria em uma ordem, uma pergunta, etc. Assim a expressão '*pense bem*', pode ter a força ilocucionária de uma ordem ou, ao contrário, de um pedido.

As categorias de forças ilocucionárias proposta dividem-se em cinco classes, a saber, os vereditivos – caracterizam-se por dar um veredito; os exercitivos – consistem no exercício de poderes, direitos ou influência; os comissivos - caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo, incluem também anúncios de intenção; os comportamentais – constituem um grupo muito heterogêneo, e têm a ver com atitudes e

comportamento social; e, os expositivos - esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou conversa (Austin;1990: 114-125).

A classificação de verbos com forças ilocucionárias demonstra a estratégia de Austin para tentar controlar o sentido dos enunciados. No entanto, seu empreendimento não obteve muito sucesso, pois alguns dos verbos possuem uma superposição de forças ilocucionárias. O que nos leva a concluir que o sentido não se constitui literalmente através da formalização do enunciado, tampouco da intencionalidade do falante pelo uso deste ou daquele verbo, mas constitui-se através da correlação de forças externas.

Percebe-se que a força ilocucionária não está presa ao vocabulário ou aos limites da estrutura sintática, mas a fatores que dizem respeito às condições externas; não ocorrendo, portanto, uma simetria entre o que o falante pretende comunicar e aquilo que o ouvinte produz como sentido. Disto resulta os princípios dos estudos pragmáticos e enunciativos que tiveram sua gênese nos estudos de Austin.

5. Considerações finais

Diante do exposto até o momento, podemos perceber que o interesse de Austin é pela linguagem ordinária, através de uma abordagem pragmática que permite abrir espaços para a ambigüidade, equívocos, falhas, deslizos e sentidos não-literais. Austin concebe uma teoria que passa a dar conta de enunciados mais complexos e que considera as línguas naturais como não transparentes ou sujeitas à opacidade, particularidade presente na linguagem dos seres humanos.

Nesse sentido, os enunciados ordinários são analisados e compreendidos para além da sua literalidade, uma vez que as forças ilocucionárias que explicitam os diferentes sentidos não emergem das estruturas lingüísticas, mas de todo um conjunto de fatores que abrangem não só o ser humano e seu conhecimento – lingüístico ou prévio - mas também as condições de produção do enunciado.

Além disso, o sentido, segundo a percepção de Austin, não é controlado pelo sujeito. Para ele, o sujeito não é completamente dono da situação comunicativa, pois o efeito pode ocorrer à revelia da sua intenção. O fenômeno da apreensão (*uptake*) é que torna compreensível o significado e a força da locução. Assim, podemos concluir que o

sentido não está na linearidade da frase, mas emerge da correlação de diferentes fatores que associam um sujeito, nas condições adequadas, o ato de fala, as condições de produção desse ato de fala e o conhecimento compartilhado entre locutor e interlocutor.

Essa nova abordagem da linguagem humana inaugurada por Wittgenstein e consolidada por Austin, através da visão performativa da linguagem, revela a abertura para os estudos pragmáticos, que, ao nosso ver, é a maneira mais adequada de abordar a linguagem humana. Esta, por sua vez, passa a ser constitutiva das práticas sociais e se constitui a partir delas. Não é possível imaginar outro tratamento dispensado às línguas naturais, que não levasse em conta as condições de produção bem como o lugar de onde o sujeito fala, para a construção do sentido.

6. Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BRANDÃO. M. H. N. O discurso: uma abordagem pragmático-enunciativa. In: ZANDWAIS. A. (org.) *Ensaio: Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzado, 2002.
- CAZARIN, A. E. A não literalidade do sentido em Austin. IN: ZANDWAIS, A. (org.) *Ensaio: Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzado, 2002.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- MORENO, A. R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 2000.
- OTTONI, P. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. In: *Revista Documentos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo: PUCSP, nº 18, p.117-143, 2002.
- OTTONI, P. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- RAJAGOPALAN, K. *On Searle [on Austin] on language. Language & communication*. mimeo, 2000.

ZANDWAIS, A. Tratamento de significações não-literais: limites e fronteiras de questões pragmáticas. In: ZANDWAIS. A. *Ensaio: Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzado, 2002.